

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais
Período de Análise: julho de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural
Agroanalysis

Índice

| | |
|--|----|
| Documento da CNA relata os principais problemas do campo e as propostas do setor rural aos presidentiáveis – Sítio Eletrônico da CNA – 001/07/2010..... | 3 |
| Mais de 200 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família têm cadastro atualizado – Sítio Eletrônico do MDS – 05/07/2010..... | 4 |
| Serra diz que vai duplicar Bolsa Família – Folha de São Paulo – Poder – 07/07/2010 ... | 6 |
| Marina ironiza disputa sobre o Bolsa Família – Folha de São Paulo – Poder – 08/07/2010..... | 7 |
| Após promessa, SP amplia seu "Bolsa Família" – Folha de São Paulo – Poder – 08/07/2010..... | 8 |
| Petista critica promessa de tucano sobre Bolsa Família – Daniela Lima – Folha de São Paulo – Poder – 08/07/2010 | 8 |
| Pobreza cai mais onde crescimento foi menor – Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia – 14/07/2010..... | 9 |
| Ministra participa em Brasília de oficina sobre Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Adriana Scorza -Sítio Eletrônico do MDS – 16/07/2010..... | 10 |
| Bolsa Família cancela benefícios por baixa frequência à escola – Roseli Garcia -Sítio Eletrônico do MDS – 16/07/2010..... | 11 |
| Oposição pega carona no Bolsa-Família, diz Lula - Leonencio Nossa e Rafael Moraes Moura – Estado de São Paulo – Nacional – 21/07/2010 | 14 |
| MDS transfere mais de R\$ 1,1 bilhão para beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 23/07/2010..... | 15 |
| Brasil é terceiro pior do mundo em desigualdade – Leandro Colon – Estado de São Paulo – Economia – 24/07/2010..... | 16 |
| Brasil ocupa 9º lugar em desigualdade na América Latina – Larissa Guimarães – folha de São Paulo – Poder – 24/07/2010..... | 18 |
| Lei do clima trava no Senado dos EUA – Andrea Murta – Folha de São Paulo – ciência – 24/07/2010..... | 19 |
| Desigualdade latina, a maior do mundo -mas em queda - MARCELO NERI - Folha de São Paulo – Poder – 24/07/2010 | 19 |
| Economista do MDA apresenta estudo sobre o Censo Agropecuário 2006 – Sítio Eletrônico do MDA - 26/07/2010..... | 20 |
| Romper o círculo da pobreza – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/07/2010..... | 21 |
| Balanço da CNA: produção aumenta e preços caem 13,26% - Sítio Eletrônico da CNA – 27/07/2010..... | 22 |
| Bolsa Família é tema do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – Rogéria de Paula -Sítio Eletrônico do MDS – 28/07/2010 | 25 |

Documento da CNA relata os principais problemas do campo e as propostas do setor rural aos presidentiáveis – Sítio Eletrônico da CNA – 001/07/2010

Brasília (01/07/2010) – Insegurança jurídica; a construção de um novo modelo de política agrícola; deficiências nas áreas de infra-estrutura e logística e do meio ambiente são os principais problemas que afetam atualmente a agropecuária brasileira. O mapeamento da atual situação nesses quatro setores e as propostas do setor rural para superar os entraves estão presentes no documento “O que esperamos do próximo Presidente 2011-2014 – A agropecuária brasileira pede passagem”, que já foi entregue aos candidatos ao Palácio do Planalto pela Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA). O material norteou o encontro com candidatos promovido hoje na sede da entidade, em Brasília ([acesse aqui](#) a íntegra do documento) .

São 152 páginas, divididas em 13 capítulos. O primeiro deles é a “Carta Aberta aos Candidatos à Presidência da República”, da presidente da CNA, senadora Kátia Abreu. “A real questão agrária – social, política e econômica – está no abandono das populações rurais pelo Estado brasileiro”, afirma a senadora. O texto destaca que o documento básico é “um sumário dos seminários e livre de quaisquer laivos partidários ou ideológicos”, em referência a uma série de cinco grandes encontros regionais de produtores rurais realizados no primeiro semestre deste ano, nos quais foram colhidos os anseios e reivindicações do campo. A síntese de todos esses pensamentos foi construída em um grande seminário realizado em São Paulo em 24 e 25 de março.

O documento cita que “a infra-estrutura logística brasileira é um dos principais entraves para o escoamento da produção agropecuária, reduzindo a competitividade dos produtos nacionais no mercado internacional” e mostra que a alta dependência do transporte rodoviário – 61% - para o escoamento da produção é uma das barreiras a esse segmento. Uma das propostas do setor rural é reforçar a estrutura ferroviária e de transporte fluvial e marítimo, pois essas modalidades oferecem custos mais baixos e geram menos poluição.

O capítulo sobre insegurança jurídica deixa claro que “em todos os países, o desenvolvimento econômico e os níveis de investimentos produtivos estão diretamente relacionados com o grau de segurança jurídica que é oferecido” e que no Brasil falta essa segurança. A CNA destaca que as invasões de propriedades rurais continuam ocorrendo, transgredindo direitos constitucionais.

Em 2010, o “Observatório das Inseguranças Jurídicas no Campo”, criado pela Confederação, já contabilizou 92 invasões. Outros problemas que afligem o setor rural são a falta de regras claras quanto aos índices de produtividade, demarcações de áreas indígenas e quilombolas, criação de unidades de conservação e problemas de titulação em propriedades localizadas nas faixas de fronteira. “Tais ameaças inibem não apenas o desenvolvimento da atividade rural, mas o crescimento econômico do País”, cita o documento.

A CNA ressalta, também, a necessidade de criação de um novo modelo de política agrícola para o campo, pois o sistema atual não atende toda a demanda de recursos e deixa o produtor exposto a riscos que poderiam ser minimizados pela adoção de mecanismos de proteção. Divergências contratuais, controvérsias com os financiadores públicos e privados da produção e questionamentos sobre a atuação dos órgãos governamentais na regulação de preços são os problemas mais frequentes dos produtores rurais. “A base do novo modelo é a formalização do produtor rural, a

desoneração tributária na cadeia de alimentos e a criação de uma central de riscos do crédito rural”, cita o documento dirigido aos presidentiáveis.

As exigências ambientais também geram insegurança e problemas ao setor rural. A exigência de reserva legal em áreas desmatadas antes da vigência da lei e de suas modificações é um dos exemplos relatados. A equipe técnica da CNA destaca que, pela impossibilidade do cumprimento das exigências da legislação ambiental, a partir de junho de 2011, parcela de 90% dos produtores rurais do País estará à margem da lei, devido ao vencimento da prorrogação do prazo para recomposição da reserva legal, conforme previsto no Decreto 6.514, de 2008. Se a legislação vigente for integralmente cumprida, o Brasil terá de abrir mão de todo o café do Espírito Santo e do sul de Minas; 90% da cana-de-açúcar do Nordeste; das plantações de maçã de Santa Catarina e do arroz gaúcho, que abastece 70% do mercado nacional.

“Deixar de revisar o Código Florestal condenará o Brasil, em poucas décadas, a transformar-se na grande reserva legal do planeta, embora sem qualquer compensação econômica e sob o ônus da limitação do desenvolvimento”, destaca o documento.

A CNA mostra que o Brasil já é campeão em preservação. De um total de 851 milhões de hectares, cerca de 56%, ou 477 milhões de hectares, têm vegetação original. De acordo com dados do Censo Agropecuário 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a área total da agropecuária é de 329,9 milhões de hectares, dos quais sobram apenas 219 milhões de hectares para a produção quando descontadas as parcelas de matas e florestas, espelhos d’água e outros usos.

Além de apresentar uma análise profunda sobre os quatro temas de maior relevância para o setor agropecuário, há também capítulos sobre as demais questões que afetam o campo: “relações do trabalho”, “tributação”, “inovação tecnológica”, “negociações internacionais”, “educação” e “pobreza rural”.

O agronegócio brasileiro foi responsável por 42% das exportações, 24% de todo o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro de 2009 e por um terço dos empregos do País, informa a publicação. O Brasil hoje é o primeiro em produção e exportação de açúcar, café e suco de laranja em todo o mundo e ocupa o segundo lugar no ranking de produção global de álcool, complexo soja e carne bovina.

Para a CNA, há espaço para avançar ainda mais, conciliando produção e preservação do meio ambiente. Esse avanço depende de ajustes que são esperados do próximo Presidente, seja quem for o escolhido.

“A CNA busca com este documento demonstrar que são falsos os conflitos de interesse no campo, explorados com anacrônicos e irrealistas fins políticos revolucionários, simulando uma luta de classes e escondendo a questão essencial: o desafio representado pelo abandono das populações do interior do Brasil”, destaca a publicação.

Assessoria de Comunicação da CNA Fone: (61) 2109-1419/1411 www.canaldoprodutor.com.br

Mais de 200 mil famílias beneficiárias do Bolsa Família têm cadastro atualizado –
Sítio Eletrônico do MDS – 05/07/2010

Trabalho feito pelos gestores municipais até maio representa 18% do total de 1,1 milhão de famílias que precisam ter suas informações revisadas neste ano.

Os cadastros de 215.585 famílias atendidas pelo Programa Bolsa Família, do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), foram atualizados entre janeiro e maio de 2010. O trabalho feito pelos gestores municipais até maio representa 18% do total de 1,1 milhão de famílias que precisam ter suas informações cadastrais revisadas neste ano. Restam 936,4 mil, que necessitam de revisão do cadastro até 31 de outubro. Quem não passar por esse processo terá o benefício bloqueado a partir de novembro.

Após esse prazo, a família terá que procurar a Prefeitura e solicitar a atualização de seus dados para que o benefício seja desbloqueado, desde que ela se enquadre no critério do programa de renda mensal *per capita* de até R\$ 140. A partir de janeiro de 2011, o benefício que continuar bloqueado por falta de revisão cadastral será cancelado.

Os beneficiários têm obrigação de, pelo menos uma vez a cada dois anos, atualizar os dados junto ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, mesmo que não tenha havido qualquer mudança nas informações de sua família. O descumprimento desse prazo pode levar ao bloqueio e até ao cancelamento do benefício.

A atualização – iniciativa do MDS em parceria com os municípios – é promovida anualmente para todas as famílias com cadastro sem renovação de informações nos últimos dois anos. Em 2009, eram 3,4 milhões de famílias. Desse total, 2,6 milhões atualizaram os dados e 709,9 mil tiveram os benefícios cancelados no pagamento de fevereiro de 2010. Obedecendo ao mesmo cronograma, 1,1 milhão de famílias beneficiárias têm prazo até 31 de outubro deste ano para atualizar o cadastro.

Essa ação é determinada pelo Decreto nº 6.135 de 2007 e funciona como importante mecanismo para melhorar o foco do programa, que transfere mensalmente mais de R\$ 1,1 bilhão a 12,6 milhões de famílias com renda *per capita* de até R\$ 140.

O MDS apóia a atualização cadastral dos beneficiários do Bolsa Família com aporte financeiro mensal, campanha de utilidade pública, disponibilização de lista de famílias com mais de dois anos sem renovação de dados e informações técnicas. Estados com maiores totais de cadastros desatualizados, São Paulo e Minas Gerais também checaram os dados dos maiores números de famílias entre janeiro e maio (**veja quadro abaixo**).

Clique aqui e ouça o boletim de rádio: [Municípios atualizam cadastro de 200 mil famílias atendidas pelo Bolsa Família](#)

Roseli Garcia

| UF | Famílias que precisam atualizar cadastros janeiro 2010 | Famílias que precisam atualizar cadastros maio 2010 | Famílias que tiveram cadastros atualizados entre janeiro e maio 2010 |
|------------------|--|---|--|
| Total Brasil | 1.152.035 | 936.450 | 215.585 |
| Acre | 4352 | 3785 | 567 |
| Alagoas | 22110 | 18534 | 3.576 |
| Amapá | 4639 | 3917 | 722 |
| Amazonas | 16321 | 13929 | 2.392 |
| Bahia | 93685 | 77455 | 16.230 |
| Ceará | 71839 | 55735 | 16.104 |
| Distrito Federal | 167 | 129 | 38 |
| Espírito Santo | 17609 | 13926 | 3.683 |
| Goias | 28352 | 22305 | 6.047 |

| | | | |
|---------------------|--------|--------|--------|
| Maranhão | 69975 | 59471 | 10.504 |
| Mato Grosso | 23175 | 18302 | 4.873 |
| Mato Grosso do Sul | 12270 | 8660 | 3.610 |
| Minas Gerais | 114855 | 87249 | 27.606 |
| Pará | 53940 | 45721 | 8.219 |
| Paraíba | 30005 | 25234 | 4.771 |
| Paraná | 74702 | 57465 | 17.237 |
| Pernambuco | 88402 | 75506 | 12.896 |
| Piauí | 26928 | 22383 | 4.545 |
| Rio de Janeiro | 95420 | 82493 | 12.927 |
| Rio Grande do Norte | 28232 | 21412 | 6.820 |
| Rio Grande do Sul | 62947 | 51808 | 11.139 |
| Rondônia | 15939 | 13868 | 2.071 |
| Roraima | 1897 | 1612 | 285 |
| Santa Catarina | 22884 | 17868 | 5.016 |
| São Paulo | 145694 | 116628 | 29.066 |
| Sergipe | 15400 | 12865 | 2.535 |
| Tocantins | 10296 | 8190 | 2.106 |

*Fonte: Secretaria Nacional de Renda de Cidadania
Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome*

Serra diz que vai duplicar Bolsa Família – Folha de São Paulo – Poder – 07/07/2010

Após Dilma acusar oposição de tentar acabar com benefício, tucano promete dobrar investimentos no programa
Segundo especialistas, promessa é possível de ser posta em prática, mas dependeria das prioridades do governo

No primeiro dia oficial de campanha, o candidato do PSDB à Presidência da República, José Serra, prometeu ontem, em Curitiba, mais que duplicar os investimentos no Bolsa Família.

Os recursos atenderiam, de acordo com o tucano, outras 15 milhões de famílias que deveriam ser assistidas pelo programa. Sua oponente petista, Dilma Rousseff, acusou a oposição anteontem de ter tentado acabar com o principal programa social da gestão Lula.

"Qual é a nossa meta? É partir para a erradicação da pobreza de todas as famílias abaixo da linha da pobreza", discursou Serra, em encontro organizado pelo PSDB para discutir a expansão da rede de assistência social.

O Bolsa Família atende hoje cerca de 12,6 milhões de famílias e, com a promessa de Serra, chegaria a 27,6. "Temos no Brasil, abaixo da linha da pobreza, 15 milhões de famílias com renda per capita familiar de até meio salário mínimo. O Bolsa Família não cobre isso."

Segundo o candidato tucano, "com crescimento sustentável e política macroeconômica adequada, dá para chegar a isso [ao número de 27,6 milhões de

famílias".

VIABILIDADE

Serra fez uma comparação com o pagamento anual de juros para estabelecer a nova meta de atendimento. "Sabem quanto custa um programa como o Bolsa Família? R\$ 12 bilhões. É 5% do que se paga em juros. Dá para duplicar [o investimento no Bolsa Família] e vai para 10%", disse.

A promessa de Serra é "possível e desejável", na opinião do economista Marcelo Neri, do CPS-FGV (Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas). Para Neri, o programa poderia tirar da pobreza metade dos 29,5 milhões que ainda vivem no Brasil com renda mensal inferior a R\$ 140.

O impacto nas finanças do país seria "relativamente pequeno", na opinião do economista da FGV e dependeria apenas da vontade política do candidato. O economista do Instituto de Ciências Políticas da UnB (Universidade de Brasília) Ricardo Caldas disse que a ampliação do programa dependerá de prioridades. Para ele, teria que se analisar quais pessoas seriam incluídas: se donas de casa que deixaram de trabalhar para cuidar dos filhos, desempregados, ou jovens.

Conforme a Folha revelou em maio, os principais programas sociais de transferência de renda do governo paulista encolheram ao longo da administração Serra. **(DIMITRI DO VALLE)** Colaborou **ELIDA OLIVEIRA**, de São Paulo

Marina ironiza disputa sobre o Bolsa Família – Folha de São Paulo – Poder – 08/07/2010

A candidata do PV à Presidência, Marina Silva, ironizou ontem a disputa dos adversários José Serra (PSDB) e Dilma Rousseff (PT) pela manutenção do Bolsa Família.

Ela disse ver o debate como demonstração de "insegurança" dos rivais e insinuou que os dois só pensariam nos problemas sociais durante a campanha. "O compromisso com o combate à pobreza é algo que se tem no DNA. As pessoas sabem quem tem e quem fica falando porque estamos período eleitoral", afirmou a senadora, que voltou a se comparar com o presidente Lula ao tratar do assunto.

A verde ainda alfinetou Dilma ao dizer que assinou "conscientemente" seu programa de governo -o PT alega que ela rubricou a primeira versão do seu sem ler.

Na feira de calçados Franca, em São Paulo, Marina ganhou uma sapatilha de R\$ 50 com a bandeira do Brasil. Ela interpretou o presente como uma declaração de apoio e parou para tirar fotos com o comerciante Orlando Gomes.

"Já que o Brasil parou de correr atrás da bola na Copa, vou correr atrás dos votos com meu sapato", brincou.

Depois que a candidata se afastou, ele contou à reportagem ter dado o mesmo presente a Serra no dia anterior.

"O Alckmin e o Quéricia também ganharam. Na verdade, estou só fazendo meu marketing", confidenciou, sem revelar o voto.

(BERNARDO MELLO FRANCO)

Após promessa, SP amplia seu "Bolsa Família" – Folha de São Paulo – Poder – 08/07/2010

Um dia depois de José Serra (PSDB) anunciar que pretende duplicar o Bolsa Família, o governo de São Paulo anunciou a ampliação de seus principais programas de transferência de renda.

As bolsas do Renda Cidadã e do Ação Jovem subirão de R\$ 60 para R\$ 80. No entanto, o gasto do Renda Cidadã previsto para 2010 (R\$ 116 milhões) é igual ao do ano eleitoral de 2006. De 2007 a 2009 foram gastos, em média, cerca de R\$ 100 milhões, segundo o governo.

O secretário de Assistência Social, Luiz Carlos Delben Leite, afirmou que o anúncio não tem a ver com a fala de Serra sobre o Bolsa Família: "Nem sabia disso! Faz dois anos que não falo com ele".

Conforme a **Folha** revelou em maio, o Renda Cidadã e o Ação Jovem encolheram sob a gestão de Serra como governador. O pagamento caiu de R\$ 279,5 milhões, em 2006, para R\$ 198,9 milhões em 2009. Considerada a inflação, a queda chega a 38%.

Na ocasião, a pasta de Assistência e Desenvolvimento Social atribuiu a queda à melhora da renda no Estado no período.

Petista critica promessa de tucano sobre Bolsa Família – Daniela Lima – Folha de São Paulo – Poder – 08/07/2010

Em SP, Dilma ataca investimento de Serra na área social e as políticas de saúde e educação do Estado, há 16 anos com o PSDB

Dilma Rousseff, candidata do PT à Presidência da República, escolheu São Paulo como palanque para desqualificar promessa feita por seu principal adversário, José Serra (PSDB), ex-governador do Estado, de que irá duplicar os investimentos no Bolsa Família se for eleito.

Durante todo o dia de ontem, em diversas agendas, Dilma criticou o compromisso que foi feito pelo tucano anteontem.

Em encontro com líderes comunitários da favela de Heliópolis (zona sul da capital) ela questionou: "Com que autoridade alguém que acabou de deixar o governo diz que vai dobrar o Bolsa Família, sendo que não deu o Bolsa Família no Estado?".

Segundo a petista, Serra diminuiu os investimentos em programas sociais quando esteve no comando do Palácio dos Bandeirantes.

Mais tarde, em entrevista coletiva, a ex-ministra de Lula manteve o tom crítico à promessa do tucano. "Não se trata de duplicar ou triplicar. O Bolsa Família tem que chegar a quantas famílias forem necessárias. A questão social não é um apêndice, um anexo. Para nós, ela está no centro de todas as questões. Ela é o próprio programa de governo", afirmou.

A candidata do PT iniciou os compromissos em São Paulo com ato na praça da Sé, no centro da capital.

Sua agenda previa uma caminhada promovida por comandantes da sigla no Estado, ao lado do candidato do PT ao governo, senador Aloizio Mercadante.

Mas, para evitar que o tumulto provocado pela militância e pela imprensa atordoassem a candidata, lideranças petistas decidiram que a participação de Dilma se limitaria apenas a um discurso na praça da Sé.

A militância Dilma criticou políticas de saúde e educação desenvolvidas pelo governo de São Paulo -há 16 anos nas mãos dos tucanos- e a personalidade de José Serra. "Não sou dos que acham que podem fazer tudo sozinhos", atacou.

Ao fim do dia, a petista afirmou ainda que a oposição está fazendo "barulho por nada" sobre o fato de ela ter assinado um programa radical de governo, que depois foi substituído.

Pobreza cai mais onde crescimento foi menor – Fernando Dantas – Estado de São Paulo – Economia – 14/07/2010

As regiões brasileiras que menos cresceram entre 1995 e 2008 foram as que tiveram maior redução da pobreza e da miséria. E, inversamente, as que mais se expandiram foram as com menor queda da pobreza e da miséria.

Essa constatação, aparentemente paradoxal, está num estudo recém-divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Segundo o trabalho, as Regiões Sul e Sudeste apresentaram os menores crescimentos médios anuais do Produto Interno Bruto (PIB) per capita de 1995 a 2008, de respectivamente 2,3% e 2,5%. Ainda assim, a Região Sul teve as maiores quedas médias anuais da pobreza e da miséria, de 3% e 3,7%. Na Região Sudeste, a pobreza caiu 2,3% ao ano, segundo melhor resultado do Brasil, e o recuo médio anual da miséria foi de 2,7%, também o segundo melhor, junto com o Nordeste. Já a Região Centro-Oeste foi a que mais se expandiu naquele período, com crescimento médio anual do PIB per capita de 5,3%. Em segundo lugar, vem a Região Norte, com 3,6%.

A pobreza e a miséria, porém, tiveram quedas anuais de apenas 0,9% e 2,3%, no caso da Região Centro-Oeste; e de 1,1% e 1,6%, na Região Norte. Todas as outras regiões do Brasil tiveram quedas anuais médias da pobreza e da miséria, entre 1995 e 2008, superiores às das Regiões Centro-Oeste e Norte.

Marcio Pochmann, presidente do Ipea, diz que não há estudos prontos para avaliar por que esse fenômeno paradoxal ocorreu, mas os técnicos do Ipea já estão investigando. A sua hipótese inicial é de que a presença de uma economia mais desenvolvida e geradora de empregos na indústria e nos serviços, de instituições mais consolidadas e de organizações da sociedade civil mais atuantes possa explicar porque Sul e Sudeste tiveram mais avanço nos indicadores sociais, mesmo crescendo menos. Inversamente, regiões mais dependentes da agropecuária de exportação e da extração de recursos minerais teriam um tipo de crescimento menos criador de empregos, e menos eficaz socialmente. "O futuro do Brasil não pode estar apenas na produção de bens primários para a exportação", disse Pochmann.

Fim da miséria.

O estudo divulgado ontem mostrou também que uma grande ênfase na redução das desigualdades regionais será necessária para que o Brasil acabe com a miséria e reduza a pobreza a apenas 4% da população em 2016. Essas projeções estão num estudo de janeiro do Ipea, e podem ocorrer desde que o ritmo de redução da pobreza e da miséria entre 2009 e 2016 seja o mesmo apresentado entre 2003 e 2008. O problema, porém, é que, para que aquelas projeções se cumpram, em alguns Estados, como

Alagoas e Maranhão, os indicadores terão de ser melhorados num ritmo bem mais rápido do que o do País como um todo.

Ministra participa em Brasília de oficina sobre Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Adriana Scorza -Sítio Eletrônico do MDS – 16/07/2010

Márcia Lopes, ministra do MDS, vai estar ao lado de representantes da Câmara Interministerial da área na discussão do decreto que institucionaliza o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

Compartilhar a construção do decreto que institucionaliza a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) e debater repercussões na consolidação do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Sisan) são os temas da oficina que ocorre nesta segunda-feira (19), das 9h às 16h, em Brasília.

O encontro promovido pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) é coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). A ministra Márcia Lopes participa no período da manhã, junto com o presidente do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Renato Maluf, e o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira.

No período da tarde, prosseguem os debates e encaminhamentos. O evento tem a participação de representantes das três esferas de governo e da sociedade civil, como secretários e gestores estaduais e municipais, representantes dos ministérios membros da comissão técnica responsável pela elaboração da política e do Consea, além de especialistas em políticas públicas.

Decreto – O decreto que institucionaliza a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional estabelecerá condições para o aperfeiçoamento da gestão intersetorial e a descentralização do Sisan. E ainda fortalecerá a consolidação das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional, transformando a estratégia Fome Zero em política de Estado.

A minuta do decreto foi amplamente debatida e há a expectativa de assinatura pelo presidente Lula em cerimônia no dia 25 de agosto.

SERVICO

Oficina para Debate da Minuta do Decreto que regulamenta a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Participação da ministra Márcia Lopes

Data: 19 de julho de 2010 (segunda-feira)

Horário: 9h às 16h – presença da ministra pela manhã

Local: Auditório térreo do Bloco A da Esplanada dos Ministérios – Brasília

(DF)

Bolsa Família cancela benefícios por baixa frequência à escola – Roseli Garcia -Sítio Eletrônico do MDS – 16/07/2010

O monitoramento da frequência escolar dos beneficiários do Bolsa Família chegou a 83% do total de alunos entre 6 e 15 anos atendidos pelo programa de transferência de renda do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). As informações referem-se à presença nas unidades de ensino durante o bimestre abril/maio e abrange 13,1 milhões de crianças e adolescentes. Devido às faltas escolares de seus filhos, acima de 15% das aulas, por cinco períodos consecutivos, 13.618 famílias tiveram seus benefícios cancelados em julho.

As informações registradas sobre os adolescentes de 16 e 17 anos alcançaram 76,% do total de alunos nessa faixa etária no bimestre. Foram 5.855 benefícios cancelados porque os estudantes não frequentaram pelo menos 75% das aulas nos últimos três períodos de acompanhamento consecutivos. A diferença, nessa situação, é que a família perde apenas o valor de R\$ 33 ou R\$ 66 (para um ou dois filhos de 16 e 17 anos, respectivamente) referente ao adolescente, e não o benefício total.

Os índices de monitoramento da frequência escolar se mantêm superiores a 80%, registro alcançado a partir de 2008, após esforços do MDS e do Ministério da Educação, em parceria com Estados e municípios, para avançar no acompanhamento das condicionalidades do programa.

Sanções – São gradativas as sanções para beneficiários que frequentaram menos de 85% das aulas, no caso de alunos de até 15 anos, e de 75%, para adolescentes de 16 e 17 anos. Para menores de 15 anos, quando é detectada a baixa frequência, as famílias recebem uma advertência; se não houver alteração nos números, o benefício é bloqueado; e se a situação permanecer, ou seja, se os índices não atingirem o mínimo exigido pelo Governo Federal, o repasse é suspenso (por 60 dias) pela primeira vez. Se o quadro de descumprimento não for alterado, haverá uma segunda suspensão. Após cinco descumprimentos consecutivos, o benefício é definitivamente cancelado. Somando todos esses estágios, 353.216 alunos de até 15 anos não cumpriram os índices mínimos em abril e maio (**veja quadro abaixo**).

O processo de acompanhamento dos adolescentes de 16 e 17 anos é mais ágil, bastando três descumprimentos para o cancelamento do benefício. Na primeira vez que é detectada presença inferior a 75% das aulas, a família recebe uma advertência; na segunda, o benefício é suspenso; e cancelado na terceira. Outra diferença no monitoramento de alunos de 16 e 17 anos é que, nesse caso, será suspenso ou cancelado apenas o valor do benefício vinculado ao adolescente (de R\$ 33, limitado a dois por família). No bimestre, 78.482 (6,7%) não cumpriram o mínimo exigido.

Os valores de R\$ 22 por filho de até 15 anos (limitados a três por família), e o benefício básico de R\$ 68 (destinado a famílias extremamente pobres, com renda *per capita* de até R\$ 70) – continuam disponíveis, desde que as crianças e adolescentes de até 15 anos cumpram o mínimo de 85% de frequência escolar.

Acompanhamento familiar – O objetivo da sanção gradativa é permitir que a gestão municipal do programa verifique o motivo que está levando estudantes a não cumprirem os percentuais exigidos para a família continuar a receber os valores, que variam entre R\$ 22 e R\$ 200. Com o objetivo de aprimorar o programa para garantir a presença na escola, o MDS está desenvolvendo o acompanhamento familiar em parceria com os municípios. As áreas de educação, saúde e assistência social estão envolvidas nesse trabalho, que busca resolver os dramas sociais e fazer com que a família volte a cumprir as condicionalidades, antes que o benefício seja cancelado. Iniciado de forma

experimental em dezembro de 2009, o acompanhamento familiar atualmente alcança cerca de 2,6 mil famílias.

Clique aqui e ouça o boletim de rádio: [Bolsa Família cancela benefícios](#)

www.mds.gov.br/saladeimprensa

| Programa | | Bolsa | | | | Família |
|--|-------------------------------------|------------------------------|---------------|---|--------------|---|
| Acompanhamento da | | Frequência Escolar | | - Alunos de 6 a 15 anos | | |
| Período de acompanhamento: Abril e Maio/2010 | | | | | | |
| Sigla | Total de alunos para acompanhamento | Total de alunos acompanhados | | Alunos em descumprimento (Frequência < 85%) | | Cancelamentos (Nº de famílias - Julho/2010) |
| | | Nº | % | Nº | % | |
| Brasil | 15.727.201 | 13.134.381 | 83,51% | 353.216 | 2,69% | 13.618 |
| Norte | 2.013.078 | 1.584.580 | 78,71% | 24.853 | 1,57% | 372 |
| RO | 157.087 | 124.591 | 79,31% | 1.840 | 1,48% | 31 |
| AC | 104.380 | 76.585 | 73,37% | 1.342 | 1,75% | 16 |
| AM | 444.943 | 351.706 | 79,05% | 6.384 | 1,82% | 139 |
| RR | 60.071 | 45.994 | 76,57% | 1.112 | 2,42% | 6 |
| PA | 999.306 | 795.893 | 79,64% | 10.111 | 1,27% | 124 |
| AM | 79.282 | 52.973 | 66,82% | 898 | 1,70% | 8 |
| TO | 168.009 | 136.838 | 81,45% | 3.166 | 2,31% | 48 |
| Nordeste | 7.321.966 | 6.100.545 | 83,32% | 103.241 | 1,69% | 1.950 |
| MA | 1.096.896 | 927.562 | 84,56% | 12.701 | 1,37% | 100 |
| PI | 456.483 | 398.210 | 87,23% | 3.754 | 0,94% | 38 |
| CE | 1.161.421 | 1.024.133 | 88,18% | 22.721 | 2,22% | 552 |
| RN | 371.631 | 330.398 | 88,90% | 4.620 | 1,40% | 81 |
| PB | 496.730 | 405.572 | 81,65% | 7.375 | 1,82% | 145 |
| PE | 1.140.655 | 929.292 | 81,47% | 19.459 | 2,09% | 340 |
| AL | 491.667 | 401.249 | 81,61% | 5.593 | 1,39% | 91 |
| SE | 273.241 | 217.128 | 79,46% | 4.929 | 2,27% | 85 |
| BA | 1.833.242 | 1.467.001 | 80,02% | 22.089 | 1,51% | 518 |
| Sudeste | 4.143.091 | 3.556.278 | 85,84% | 162.415 | 4,57% | 8.875 |
| MG | 1.494.429 | 1.276.072 | 85,39% | 34.304 | 2,69% | 1.170 |
| ES | 243.012 | 208.980 | 86,00% | 9.706 | 4,64% | 408 |
| RJ | 892.913 | 724.895 | 81,18% | 32.204 | 4,44% | 1.278 |
| SP | 1.512.737 | 1.346.331 | 89,00% | 86.201 | 6,40% | 6.019 |
| Sul | 1.405.808 | 1.219.008 | 86,71% | 43.457 | 3,56% | 1.925 |
| PR | 611.428 | 533.131 | 87,19% | 20.863 | 3,91% | 983 |
| SC | 222.724 | 192.567 | 86,46% | 5.038 | 2,62% | 138 |
| RS | 571.656 | 493.310 | 86,29% | 17.556 | 3,56% | 804 |
| Centro-Oeste | 843.258 | 673.970 | 79,92% | 19.250 | 2,86% | 496 |
| MS | 169.261 | 139.821 | 82,61% | 5.398 | 3,86% | 198 |
| MT | 228.599 | 179.106 | 78,35% | 5.035 | 2,81% | 66 |

| | | | | | | |
|----|---------|---------|--------|-------|-------|-----|
| GO | 408.082 | 326.865 | 80,10% | 8.116 | 2,48% | 125 |
| DF | 37.316 | 28.178 | 75,51% | 701 | 2,49% | 107 |

Programa Bolsa Família
Acompanhamento da Frequência Escolar – Alunos de 16 e 17 anos
Período de acompanhamento: Abril e Maio/2010

| Sigla | Total de alunos para acompanhamento | Total de alunos acompanhados | | Alunos em descumprimento (Frequência < 75%) | | Cancelamentos (Nº de jovens – Julho/2010) |
|---------------------|-------------------------------------|------------------------------|---------------|---|---------------|---|
| | | Nº | % | Nº | % | |
| Brasil | 1.516.068 | 1.157.978 | 76,38% | 78.482 | 6,78% | 5.855 |
| Norte | 197.321 | 149.155 | 75,59% | 5.183 | 3,47% | 249 |
| RO | 12.669 | 9.116 | 71,96% | 563 | 6,18% | 29 |
| AC | 9.836 | 6.990 | 71,07% | 211 | 3,02% | 14 |
| AM | 41.470 | 31.570 | 76,13% | 1.138 | 3,60% | 48 |
| RR | 6.120 | 4.676 | 76,41% | 163 | 3,49% | 3 |
| PA | 105.013 | 81.899 | 77,99% | 2.244 | 2,74% | 92 |
| AM | 6.696 | 3.375 | 50,40% | 76 | 2,25% | 3 |
| TO | 15.517 | 11.529 | 74,30% | 788 | 6,83% | 60 |
| Nordeste | 798.854 | 622.872 | 77,97% | 26.782 | 4,30% | 1.724 |
| MA | 115.601 | 91.186 | 78,88% | 3.576 | 3,92% | 153 |
| PI | 51.591 | 41.114 | 79,69% | 1.461 | 3,55% | 109 |
| CE | 143.262 | 114.234 | 79,74% | 7.105 | 6,22% | 441 |
| RN | 37.906 | 31.644 | 83,48% | 1.384 | 4,37% | 111 |
| PB | 53.230 | 40.493 | 76,07% | 1.742 | 4,30% | 138 |
| PE | 114.988 | 89.682 | 77,99% | 4.280 | 4,77% | 243 |
| AL | 46.511 | 36.833 | 79,19% | 707 | 1,92% | 41 |
| SE | 31.516 | 22.097 | 70,11% | 1.006 | 4,55% | 82 |
| BA | 204.249 | 155.589 | 76,18% | 5.521 | 3,55% | 406 |
| Sudeste | 328.900 | 247.105 | 75,13% | 28.854 | 11,68% | 2.321 |
| MG | 122.756 | 90.086 | 73,39% | 7.682 | 8,53% | 590 |
| ES | 20.237 | 15.056 | 74,40% | 2.146 | 14,25% | 138 |
| RJ | 81.416 | 60.687 | 74,54% | 5.730 | 9,44% | 422 |
| SP | 104.491 | 81.276 | 77,78% | 13.296 | 16,36% | 1.171 |
| Sul | 113.515 | 82.744 | 72,89% | 13.265 | 16,03% | 1.260 |
| PR | 51.902 | 38.265 | 73,73% | 5.985 | 15,64% | 543 |
| SC | 14.851 | 9.846 | 66,30% | 1.758 | 17,85% | 169 |
| RS | 46.762 | 34.633 | 74,06% | 5.522 | 15,94% | 548 |
| Centro-Oeste | 77.478 | 56.102 | 72,41% | 4.398 | 7,84% | 301 |
| MS | 15.398 | 10.112 | 65,67% | 914 | 9,04% | 78 |
| MT | 20.428 | 14.145 | 69,24% | 1.221 | 8,63% | 91 |
| GO | 35.829 | 26.718 | 74,57% | 2.207 | 8,26% | 122 |
| DF | 5.823 | 5.127 | 88,05% | 56 | 1,09% | 10 |

Oposição pega carona no Bolsa-Família, diz Lula - Leonencio Nossa e Rafael
Moraes Moura – Estado de São Paulo – Nacional – 21/07/2010

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que a oposição está tentando tirar dividendos eleitorais dos programas de transferência de renda de seu governo. Em discurso durante solenidade de sanção da Lei do Estatuto da Igualdade Racial, no Itamaraty, ele afirmou que, antes, o Bolsa-Família era alvo de críticas dos adversários.

“Agora, às vésperas das eleições, ninguém mais contesta as prioridades antes criticadas”, afirmou. “Nem sempre foi assim, e a sociedade enxerga com distância o que se dizia antes e o que se declara agora.” Há duas semanas, o candidato do PSDB à Presidência, José Serra, disse numa viagem a Jundiaí (SP) que, se eleito, ampliaria o programa Bolsa-Família com a inclusão de mais 3 milhões de famílias. Atualmente, o programa atende 12,6 milhões de famílias. Serra também prometeu aumentar o valor dos benefícios. Sem fazer citações diretas, Lula disse ontem que os críticos “de sempre” tentaram, durante os últimos anos, levantar “falsos problemas”. Ele afirmou que o governo recebeu críticas por priorizar uma agenda voltada para os mais pobres. “O que se manifestava era o germe do preconceito e da intolerância em nosso querido país”, disse. “Não apenas resistimos às críticas infundadas como ampliamos as fronteiras da igualdade.”

O presidente ressaltou que, em quase oito anos de governo, 20 milhões de pessoas deixaram a classe baixa para entrar na classe média. “O que construímos neste país nos últimos sete anos e seis meses foi uma sólida ponte entre a democracia política e a democracia social”, disse.

Cotas.

Na plateia estavam lideranças do movimento negro, em parte insatisfeitas com o texto final do estatuto. Lula tentou contornar o mal-estar e pediu aos presentes que conversassem com os que avaliam que o estatuto “não vale nada”. O texto não contempla propostas polêmicas defendidas por parte das lideranças, como o estabelecimento de cotas nas universidades, no serviço público e até nas listas de candidatos dos partidos políticos. O presidente avaliou que os “companheiros” não perderam. “Vocês ganharam. E ganharam muito. Nós agora precisamos ir consolidando, colocando o cimento que falta. Eu que deveria estar chateado e não estou”, disse. Pouco antes, o ministro Eloi Ferreira, da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, avaliou também em discurso que o projeto final pode servir de base para processos a favor de cotas. Lula disse que mudanças sociais levam pelo menos 10 anos para acontecer. Ele aproveitou o discurso para defender sua política social. O presidente disse que programas como o ProUni, Pró-Jovem, Pronasci e Fundef promovem igualdade social no País.

MDS transfere mais de R\$ 1,1 bilhão para beneficiários do Bolsa Família – Sítio Eletrônico do MDS – 23/07/2010

Liberação de valores é escalonada nos últimos dez dias úteis do mês, de acordo com Número de Identificação Social dos beneficiários. MDS antecipou pagamento do benefício para todas as famílias atendidas nos municípios pernambucanos e alagoanos devastados por temporais no mês passado

O pagamento do Programa Bolsa Família ocorre até 30 de julho em todo País, nos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal. Os valores transferidos a 12,5 milhões de famílias superam R\$ 1,1 bilhão. Como ocorreu em junho, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) antecipou o pagamento do benefício para todas as famílias atendidas nos 39 municípios pernambucanos e nos 19 alagoanos devastados por temporais no mês passado. Normalmente, a liberação dos valores é escalonada nos últimos dez dias úteis do mês, levando em consideração o final do Número de Identificação Social (NIS) dos beneficiários.

O programa contribui para os altos índices de crescimento registrados pela região Nordeste, onde moram mais da metade das famílias que recebem a transferência de renda: 6.373.632 em julho (veja tabela com dados por estado). Elas recebem valores que somam R\$ 628,4 milhões. Levantamento do MDS aponta que o programa chega a 45% da população nordestina. São 24,2 milhões de pessoas beneficiadas pelo Bolsa Família do total de 53,5 milhões de habitantes. O percentual de atendimento no Norte também é elevado: 36%. Ambas as regiões são consideradas as mais pobres do País. O percentual de beneficiários é inferior a 20% no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

Estudos mostram que o programa de transferência de renda do Governo Federal, que tem por objetivo combater a fome e a pobreza, ajuda também a reduzir a desigualdade.

Contrapartidas – A complementação de renda, com o pagamento do benefício, está aliada à exigência de acesso aos serviços de educação, saúde e assistência social. Frequência escolar abaixo dos índices exigidos, falta de acompanhamento de pré-natal e criança sem vacinar podem levar ao bloqueio e ao cancelamento do benefício. Para evitar a interrupção do pagamento, as famílias atendidas em todo o País devem garantir a frequência a pelo menos 85% das aulas, no caso de alunos entre 6 e 15 anos, e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos; manutenção da agenda de saúde em dia; e atualização cadastral permanente ou, pelo menos, a cada dois anos. Tanto os gestores do Bolsa Família nos municípios quanto os beneficiários devem ficar atentos a esses três itens para evitar perdas do benefício.

Toda família com renda mensal por integrante de até R\$ 140 tem direito ao Bolsa Família. Quem ainda não recebe o benefício e se enquadra no critério deve identificar a gestão local na prefeitura e solicitar inscrição no Cadastro Único. A relação de beneficiários fica disponível para consulta no endereço eletrônico do MDS: www.mds.gov.br/bolsafamilia.

| Folha de julho/2010 – Bolsa Família | | |
|--|-------------------|-------------------------|
| Total Geral | 12.582.844 | 1.192.738.738,00 |
| AC | 59.507 | 6.453.304,00 |
| AL | 403.843 | 39.782.735,00 |
| AM | 279.494 | 30.424.852,00 |
| AP | 45.169 | 5.023.023,00 |

| | | |
|----|-----------|----------------|
| BA | 1.641.327 | 161.066.897,00 |
| CE | 1.006.027 | 97.673.942,00 |
| DF | 76.151 | 6.167.827,00 |
| ES | 187.628 | 16.452.010,00 |
| GO | 321.188 | 28.093.558,00 |
| MA | 868.925 | 90.558.478,00 |
| MG | 1.128.755 | 98.563.519,00 |
| MS | 130.478 | 11.604.223,00 |
| MT | 168.234 | 14.720.141,00 |
| PA | 671.713 | 71.874.085,00 |
| PB | 450.811 | 43.955.127,00 |
| PE | 1.021.954 | 99.650.861,00 |
| PI | 416.964 | 41.103.408,00 |
| PR | 474.203 | 38.709.163,00 |
| RJ | 666.295 | 60.997.222,00 |
| RN | 337.108 | 32.013.185,00 |
| RO | 115.499 | 11.174.544,00 |
| RR | 41.846 | 4.568.291,00 |
| RS | 452.519 | 40.214.902,00 |
| SC | 148.272 | 12.184.949,00 |
| SE | 226.673 | 22.608.707,00 |
| SP | 1.114.355 | 95.063.638,00 |
| TO | 127.906 | 12.036.147,00 |

Brasil é terceiro pior do mundo em desigualdade – Leandro Colon – Estado de São Paulo – Economia – 24/07/2010

O Brasil tem o terceiro pior índice de desigualdade no mundo e, apesar do aumento dos gastos sociais nos últimos dez anos, apresenta uma baixa mobilidade social e educacional entre gerações. Os dados estão no primeiro relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre América Latina e Caribe.

Segundo o estudo, a região é a mais desigual do mundo. “A desigualdade de rendimentos, educação, saúde e outros indicadores persiste de uma geração à outra, e se apresenta num contexto de baixa mobilidade socioeconômica”, diz o estudo do órgão da ONU concluído neste mês. Entre os 15 países com maior diferença de renda entre ricos e pobres, 10 estão na América Latina e Caribe. Na região, o Brasil empata com Equador e só perde para Bolívia e Haiti em relação à pior distribuição de renda. Quando outros continentes são incluídos, a Bolívia ganha a companhia de Madagascar e Camarões no primeiro lugar, e o Haiti tem ao seu lado, na segunda posição, Tailândia e África do Sul.

Para o PNUD, esses países apresentam índices “muito altos”. O relatório do órgão da ONU destaca que a maior dificuldade na América Latina é impedir que a desigualdade social persista no decorrer de novas gerações. Pobreza. “A desigualdade reproduz desigualdade, tanto por razões econômicas como de economia política”,

afirma trecho do documento. E os números não são nada bons para o Brasil. Cerca de 58% da população brasileira mantém o mesmo status social de pobreza entre duas gerações, enquanto no Canadá e nos países nórdicos, por exemplo, esse índice é de 19%. “Estudos realizados em países com altos níveis de renda mostram que a mobilidade educacional e o acesso a educação superior foram os elementos mais importantes para determinara mobilidade socio econômica entre gerações”, diz a ONU.

Pai e filho.

Segundo o estudo da ONU,é baixo também o crescimento do nível de escolaridade entre pai e filho. E esse resultado é influenciado pelo patamar educacional da geração anterior. No Brasil, essa influência chega a ser de 55%, enquanto nos EUA esse porcentual é de 21%.O Brasil, nesse quesito ,perde para países como Paraguai, Panamá,Uruguai e Jamaica. O estudo do PNUD destaca que acesso a bens e serviços públicos podem ajudar a aumentar essa mobilidade educacional. A evolução do gasto público social é destacada pelo órgão da ONU.

Gasto social.

Segundo o estudo, esse tipo de despesa gira em torno de 5% do Produto Interno Bruto (PIB) na região. Entre 2001 e 2007,o gasto por habitante aumentou 30%, de acordo com o relatório, sendo que a maior parte disso concentrou se em segurança e assistência social. “É possível afirmar que os países da América Latina e Caribe realizaram um importante esforço para melhorar a incidência do gasto social”, diz a conclusão do estudo.

O PNUD ressalta o crescimento econômico de alguns países nos dez últimos anos, entre eles o Brasil,mas faz um alerta: “Ainda que sejam evidentes os avanços no desenvolvimento humano e na diminuição da pobreza em diversos países da região, os valores agregados escondem importantes desigualdade”. Os dados apontam ainda que as mulheres e as populações indígenas e afrodescendente são os mais prejudicados pela desigualdade social na América Latina e Caribe. No Brasil, por exemplo, apenas 5,1% dos descendentes de europeus vivem com menos de 1 dólar por dia. O porcentual sobe para 10,6% em relação a índios e afros. Mais uma vez, o PNUD lembra que os acessos a infra estrutura, saúde e educação poderiam alterar esse cenário.

Propostas.

O estudo da ONU defende que é possível romper o círculo vicioso da desigualdade. Para isso, são necessárias políticas que combatam a pobreza de forma estratégica“ A desigualdade é um obstáculo para o avanço no desenvolvimento humano, e sua redução deve incorporar-se explicitamente na agenda pública”, diz o documento.

Aprendizado infantil não avança com Bolsa-Família

O relatório do PNUD analisa com extrema cautela os programas de transferência de renda, como o Bolsa-Família, do governo brasileiro, citado no documento. “Enquanto por um lado se registram aumentos modestos nos níveis de escolaridade e saúde alcançados, por outro, se observa que os programas não conseguiram melhorar o nível de aprendizado das crianças”, diz o estudo da ONU.

O PNUD enumera uma série de fatores para que esse tipo de programa social consiga obter sucesso e romper a continuidade da pobreza entre as gerações, entre eles qualidade no serviço de saúde, educação e empregos. “A seleção dos beneficiários deve responder a critérios claros e transparentes ,o que implica contar com instrumentos administrativos sólidos e confiáveis e prevenir a manipulação dos programas com fins políticos e partidários”, diz o relatório. O estudo ressalta a dificuldade em combater a queda do nível educacional entre a infância e a fase adulta. Na América Latina, 96% das crianças

entre 6 e 12 anos estão matriculadas, mas a quantidade cai para 36% no grupo de 18 a 23 anos. No Brasil, segundo dados de 2008, 97,9% das crianças entre 6 e 12 anos estão matriculadas. A porcentagem cai para 89,8% entre os jovens de 13 a 17 anos, enquanto apenas 34,4% da população entre 18 e 23 anos está inscrita em algum nível de ensino.

O Brasil está melhor do que a maioria dos seus vizinhos quando o assunto é gravidez na adolescência. A média na América Latina é de 80 nascimentos entre mil mulheres de 15 a 19 anos. No Brasil, o número é de 56. Na América do Sul, apenas o Chile ganha do País com 49 nascimentos. O campeão no relatório é a Nicarágua com uma relação de 109 bebês entre mil mulheres nessa faixa de idade. “Há estreita relação entre o nível educacional das mulheres e a maternidade na adolescência”, destaca a ONU. “O assunto está ligado à forte estratificação por nível socioeconômico que caracteriza a região”. **L.C.**

Brasil ocupa 9º lugar em desigualdade na América Latina – Larissa Guimarães – folha de São Paulo – Poder – 24/07/2010

Para novo índice da ONU, disparidade de renda é o fator que mais pesa contra o país

Entre os países da América Latina, o Brasil ocupa a 9ª colocação no ranking que mede o efeito da desigualdade no desenvolvimento humano.

As informações são do IDH-D (Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade), novo indicador criado pelo Pnud, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.

Esse novo parâmetro é calculado com base em dados de 2006, considerando informações sobre rendimento, educação e saúde nos países, assim como o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é divulgado desde a década de 90.

O novo indicador foi criado para mostrar as disparidades que ocorrem nos países da América Latina.

Na década de 90, o Pnud já havia começado a divulgação do IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), que é formado por dados diferentes.

O IDH-D, por exemplo, considera fatores como o acesso à água potável e a disponibilidade de banheiro no domicílio, no aspecto da saúde.

Já o índice de desenvolvimento humano original leva em conta apenas expectativa de vida nesse quesito.

De acordo com o programa das Nações Unidas, a desigualdade de renda é o fator que mais pesa nesse cálculo, tendência que é seguida na América Latina, porém em menor intensidade do que ocorre no Brasil.

"O IDH original não é corrigido pela desigualdade. Já IDH-D traz dados mais minuciosos, que revelam mais nuances sobre o padrão de vida da população de um país", afirmou Rogério de Oliveira, consultor do relatório sobre desenvolvimento humano para a América Latina e o Caribe.

Lei do clima trava no Senado dos EUA – Andrea Murta – Folha de São Paulo – ciência – 24/07/2010

Democratas decidem evitar confronto por ainda não terem votos para aprovar legislação contra gases-estufa Partido de Obama diz que se contenta com medida contra derrame de petróleo; oposição quer mais concessões

Alex Wong/France Presse

Os senadores democratas Harry Reid (centro) e John Kerry, junto com Carol Browner, do Escritório de Energia e Mudança Climática da Casa Branca **ANDREA MURTA DE WASHINGTON** Naufragou ontem no Senado americano a tentativa de avançar uma lei de reforma climática nos EUA antes do recesso de agosto, após legisladores democratas admitirem que abandonarão a questão por enquanto por não ter votos para aprová-la. A proposta de reforma pretendia colocar limites nas emissões de carbono, às quais cientistas creditam as mudanças climáticas. A indefinição sobre cortes de emissão nos EUA é um dos principais entraves para um acordo global sobre o clima. Nos países, porém, a confiança de políticos conservadores e do público em geral nessa correlação vem caindo. No ano passado, só 36% dos americanos afirmavam crer que o aumento da temperatura do planeta é causada pela ação do homem, enquanto só 35% consideravam o aquecimento global "um problema muito sério" (dados do Instituto Pew). O senador Harry Reid, líder da maioria na Casa, afirmou que em vez da reforma vai tentar apenas aprovar uma medida focada na reação ao atual vazamento de petróleo da plataforma da BP no golfo do México. Seria garantido assim o pagamento da BP pela operação de limpeza áreas atingidas, além de promovida a produção de gás natural. Casas americanas também teriam mais exigências de eficiência energética. "Sabemos onde estamos", disse Reid. "Sabemos que não temos os votos [suficientes para a lei mais ampla]." Enquanto isso, oponentes das restrições aos gases do efeito estufa tentavam aproveitar o ímpeto para cortar regulamentos já estabelecidos. O senador Jay Rockefeller, democrata de Virgínia Ocidental -Estado produtor de carvão-, afirmou que começou a pressionar para derrubar regras da agência de proteção ambiental sobre emissões de usinas elétricas. "É o Congresso, não os reguladores federais, que deve estabelecer políticas energéticas para o país", disse ele. A Câmara já aprovou sua lei de mudança climática, mas está à espera da lei do Senado para harmonizar as duas versões antes de enviar a proposta final para sanção da Casa Branca.

Desigualdade latina, a maior do mundo -mas em queda - MARCELO NERI - Folha de São Paulo – Poder – 24/07/2010

ESPECIAL PARA A FOLHA

Se no futuro um historiador fosse nomear as principais mudanças ocorridas na sociedade brasileira e latino-americana na primeira década do terceiro milênio, poderia chamá-la de década da redução da desigualdade de renda. Da mesma forma que a de 90 foi a da estabilidade para nós (depois dos vizinhos) e a de 80 a da redemocratização.

De 2001 até 2008 a renda real per capita dos 10% mais ricos cresceu 11,2% e a dos 10% mais pobres 72% puxados como o crescimento e os olhos dos chineses. Existe paralelo entre a fotografia e os movimentos do Brasil e da América Latina. Em ambos, o

nível da desigualdade é dos mais altos do mundo, mas está em queda.

A má notícia é que ainda somos muito desiguais, a boa notícia prospectiva é que há crescimento a ser gerado na base da pirâmide social. Há três contribuições centrais do relatório do Pnud: 1) Incorporar o efeito da desigualdade em todas as dimensões centrais do desenvolvimento humano -leia-se educação e saúde para além da renda.

Não estamos apenas olhando para médias, mas para a distribuição desses elementos ao longo de nossas desiguais sociedades. 2) Alongar o horizonte de tempo para além dos anos correntes, ou mesmo do ciclo de vida das pessoas, o que já seria um formidável avanço. O relatório vai além, olhando a transmissão da desigualdade entre gerações pelas vias da educação. 3) Olhar as aspirações e as atitudes subjetivas através da investigação sistemática e objetiva de aspectos subjetivos. Não há mudança real, sem a visão e ação daqueles que as protagonizam.

Apesar de todas as dificuldades e os riscos associados à empreitada, podemos agora começar a tentar entender as mentes inspiradoras do realismo fantástico de Gabriel Garcia Márquez ou dos bares lúgubres de Mário Vargas Llosa.

MARCELO NERI, economista, é chefe do Centro de Políticas Sociais vinculado à Fundação Getúlio Vargas.

Economista do MDA apresenta estudo sobre o Censo Agropecuário 2006 – Sítio Eletrônico do MDA - 26/07/2010

O economista Mauro Del Grossi, assessor do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e professor da Universidade de Brasília (UnB) participa de Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), nesta terça-feira (27), em Campo Grande (MS). Del Grossi apresentará estudo sobre o Censo Agropecuário da Agricultura Familiar, feito pelo IBGE em 2006 e divulgado este ano.

O Censo identificou 4.367.902 estabelecimentos de agricultura familiar no país, que representam 84,4% do total (5.175.489 estabelecimentos), mas ocupam apenas 24,3% (ou 80,25 milhões de hectares) da área dos estabelecimentos agropecuários brasileiros. Apesar de controlar apenas um quarto da área, a agricultura familiar responde por 38% do valor da produção (ou R\$ 54,4 bilhões).

Mesmo cultivando uma área menor, a agricultura familiar é responsável por garantir a segurança alimentar do País, gerando os produtos da cesta básica consumidos pelos brasileiros. Os dados do IBGE apontam que a agricultura familiar é responsável por 87% da produção nacional de mandioca, 70% da produção de feijão, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, 58% do leite, 59% do plantel de suínos, 50% das aves, 30% dos bovinos e, ainda, 21% do trigo.

Outra informação que Del Grossi apresentará ao Congresso é que 96% do total de estabelecimentos identificados pelo Censo como de agricultura familiar atendem às exigências para enquadramento no Pronaf, o que demonstra que o corte feito pelo IBGE reflete realmente o público atendido pelas políticas públicas voltadas à da agricultura familiar. Ainda participam do debate com Del Grossi o coordenador do Censo Agropecuário 2006, Antônio Carlos Simões Florido, o professor da Universidade Federal Fluminense (UFF) Carlos Enrique Guanziroli e o professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs) Sérgio Schneider. O objetivo do debate é

apresentar à academia as estatísticas disponíveis e apontar futuras estatísticas que devem ser produzidas para este público visando melhorar a eficiência das políticas públicas para a agricultura familiar.

O Congresso da Sociedade Brasileira de Economia Administração e Sociologia Rural teve início no último domingo (25) e vai até quarta-feira (28), em Campo Grande. Veja mais informações sobre o evento [aqui](#).

Romper o círculo da pobreza – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 26/07/2010

Um dos aspectos mais dramáticos do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) sobre o nível de desenvolvimento humano dos países da América Latina não é a confirmação de que, no que se refere à distribuição da renda, a região continua sendo a mais desigual do planeta – e, apesar das melhoras dos últimos anos, o Brasil, na comparação com os demais países, tem a terceira pior situação do mundo. O que torna a questão muito mais grave é o fato de que, nas últimas décadas, as várias ações colocadas em práticas pelos diferentes governos, sob diferentes regimes políticos, não conseguiram evitar que os problemas da desigualdade e da pobreza se repetissem de uma geração para a outra. Impera na região uma espécie de lei social perversa, por meio da qual, como diz o documento do Pnud, “a desigualdade reproduz desigualdade, tanto por razões econômicas como de economia política, e gera um acesso desigual ao sistema de representação política e à possibilidade de se fazer ouvir”.

Os níveis de escolaridade ou de renda de uma geração estão correlacionados com os da geração anterior. É como se filho de pai pobre já nascesse condenado a viver na mesma situação de seus ascendentes. É, reconhece na apresentação do relatório o subsecretário-geral da ONU e diretor regional do Pnud para a América Latina e Caribe, Heraldo Munoz, “um círculo vicioso difícil de romper”. Mas, otimista, Munoz afirma em seguida que “sim, é possível reduzir a desigualdade na América Latina e no Caribe”.

Mostrar o caminho para isso é o objetivo central do estudo que tem o sugestivo título de *Atuar sobre o futuro: romper a transmissão intergeracional da desigualdade*. Para examinar mais detidamente a questão das desigualdades de renda, educação e saúde na região, os pesquisadores desenvolveram um índice especial – o Índice de Desenvolvimento Humano ajustado à Desigualdade, IDH-D, que não pode ser comparado ao IDH tradicionalmente divulgado pelo órgão (o de 2010 sairá em outubro), por causa da metodologia diferente. Depois de avaliar o grau de desigualdade nos países da região e comparar esses resultados com os dos demais países do mundo, utilizando a mesma metodologia, o relatório constatou que, dos 15 países em que é maior a distância entre ricos e pobres, 10 estão na América Latina e no Caribe.

Uma das conclusões do relatório é que, na região, a falta de acesso aos serviços básicos de infraestrutura, a baixa renda, além de uma estrutura fiscal ineficiente para reduzir as desigualdades e a falta de mobilidade educacional entre as gerações reproduzem o quadro da distribuição muito desigual de rendimentos entre as famílias.

Constata-se que, desde a metade do século passado, apesar das diferentes políticas adotadas pelos governos da região – com mais ou menos intervenção do Estado na economia, com mais ou menos liberdade para a ação empreendedora, com menor ou maior grau de abertura política –, a desigualdade tem sido “alta, persistente e se reproduz num contexto de baixa mobilidade social”. Ou, como dizem outro trecho do estudo do Pnud, “os altos níveis de desigualdade têm sido relativamente imunes às

diferentes estratégias de desenvolvimento implementadas na região desde a década de 1950”. Se tudo o que se fez até agora foi, em grande medida, ineficiente e ineficaz, ainda há o que possa ser feito de novo para alcançar resultados melhores? Ao apontar os fatores que emperram as políticas públicas destinadas a combater as desigualdades, o relatório indica meios para reduzir o problema. Entre os fatores estão a baixa qualidade da representação política, a debilidade das instituições, o acesso desigual aos que têm o poder de elaborar e definir políticas específicas, a corrupção e a captura do Estado por partidos ou grupos políticos.

Em resumo, é preciso colocar em marcha reformas que melhorem o sistema de representação política e deem ao Estado melhores condições de responder às demandas sociais e reorientar as políticas sociais. Não é pouco o que precisa ser feito. Mas pode ser feito.

Balanco da CNA: produção aumenta e preços caem 13,26% - Sítio Eletrônico da CNA – 27/07/2010

Brasília (27/07/2010) – Estudos preliminares da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) indicam que os agricultores perderam renda por causa dos baixos preços praticados no mercado. Balanço da CNA mostra que os custos com depreciação e capital investido na atividade ficaram acima da receita obtida. A colheita recorde de 146 milhões de toneladas de grãos na safra atual, 2009/10, não favoreceu os produtores rurais, pois os preços caíram 13,26% em relação ao ano passado.

A expectativa é que esse prejuízo possa ser compensado na próxima safra com a redução dos custos de produção. Para a safra 2010/11 de soja, que começa a ser cultivada em meados de setembro, no Centro-Oeste, estima-se uma queda de 10% a 15% nos gastos com insumos. A queda nos preços dos fertilizantes é um dos fatores que justifica a previsão de recuo, explica a presidente da CNA, senadora Kátia Abreu.

Os produtores do Paraná devem gastar, em média, R\$ 1.100,00 para cultivar um hectare com sementes de soja convencional na safra 2010/11. O estudo elaborado pela área técnica da CNA revela que as lavouras de soja podem garantir margem operacional (lucro considerado após descontar o custo da receita) melhor em relação ao milho de verão na próxima safra no Sul do País.

A previsão mostra que poderá haver recuperação da rentabilidade da soja. “Em comparação com o milho de verão, a soja continua como melhor alternativa. É esperada uma redução na área de milho de verão e conseqüente aumento na área de soja na região Sul”, explica a senadora.

O quadro é favorável ao plantio de soja também no Centro-Oeste. Na região, predominará a soja na safra de verão, combinada com o crescimento da área plantada com algodão, reflexo da valorização das cotações da pluma no mercado internacional. Na avaliação da CNA, a tendência é que os produtores optem pelo milho só na segunda safra, a safrinha, em 2011. “A decisão de plantio da safrinha será tomada no final de 2010”, lembrou.

A presidente da CNA também fez um balanço da safra 2009/10 de soja. A produção somou 68,71 milhões de toneladas, crescimento de 20% em relação à safra anterior. Os Estados do Paraná e do Mato Grosso produziram, juntos, 33 milhões de toneladas de soja, o que representa 48% da produção total. “As ótimas produtividades, principalmente no sul do País, obtidas em função do uso intensivo de tecnologia, da

influência positiva do clima e o aumento da área plantada em 7,4% garantiram o excepcional resultado”, avalia a senadora.

Em termos de preço, a média anual nominal foi de R\$ 40,87 por saca de 60 quilos, 13,74% inferior ao valor da safra 2008/09. Os valores são para soja em grão a granel, tipo exportação, no Paraná, segundo dados do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea). O balanço revela que, ao longo da safra 2009/10, exceto no período de julho de 2009 a outubro de 2009, os preços médios caíram fortemente, chegando ao valor de R\$ 33,13 por saca de soja.

Os técnicos da CNA avaliaram ainda a relação entre oferta e demanda e constataram recuperação dos estoques finais em 2009/10. “Na safra passada, o forte desempenho das exportações e o alto consumo interno reduziram significativamente os estoques do grão”, explicou a senadora.

Reunião - As perspectivas para a safra 2010/11 e um balanço da safra passada foram discutidos, em Brasília, por representantes de 10 Federações estaduais de agricultura. No encontro, o grupo enfatizou que a ampliação da produção significa queda nos preços.

Bolsa Família é tema do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional – Rogéria de Paula -Sítio Eletrônico do MDS – 28/07/2010

O Programa Bolsa família, um dos principais mecanismos de transferência de renda do Governo Federal, foi tema de oficina de trabalho do Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), nesta quarta (28), em Brasília. Criado em 1998, o fórum é uma articulação de entidades, movimentos da sociedade civil organizada, indivíduos e instituições que se ocupam da questão da segurança alimentar e nutricional. O encontro, no Centro Cultural de Brasília, que termina na manhã desta quinta (29), teve participação da secretária nacional de Renda de Cidadania do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Lúcia Modesto. O MDS coordena o Programa Bolsa Família.

A oficina é uma preparação para a plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em outubro, sobre o Bolsa Família. Lúcia Modesto apresentou um panorama geral do programa, que beneficia atualmente (dados de julho) 12,5 milhões de famílias com repasse mensal de R\$ 1,1 bilhão. Pesquisas do MDS mostram que os recursos recebidos são destinados pelas famílias principalmente à aquisição de alimentos. Em segundo lugar estaria a compra de material escolar, seguida de medicamentos e vestuário.

O diretor do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Francisco Menezes, reforçou as informações, destacando detalhes de pesquisa feita pela entidade entre 2006 e 2008: 87% das famílias beneficiadas pelo programa afirmaram usar os recursos recebidos para adquirir alimentos, 46% para a compra de material escolar e 37% para medicamentos. Segundo ele, 72% dos responsáveis pelas unidades familiares beneficiadas afirmaram que aumentou a quantidade de alimentos servidos em sua mesa.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária

Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



IAO

NEAD

Ministério do
Desenvolvimento Agrário

